

<b>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO</b>		
<b>SOLUÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS</b>		
<b>PSPP Nº 1405/2021</b>	<b>PROCESSO Nº 1405/2021</b>	<b>SERPRO/SEDE</b>
<b>PERÍODO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 25/11/2021 a 24/12/2021</b>		

## **SUMÁRIO**

SEÇÃO I – DO OBJETO

SEÇÃO II – DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL

SEÇÃO III – DA PROPOSTA TÉCNICA E DOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO

SEÇÃO IV - DA SELEÇÃO DO PARCEIRO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO

SEÇÃO V - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

SEÇÃO VI - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

SEÇÃO VII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

SEÇÃO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO A - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESCOPO

ANEXO B - FORMA E CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA E SEUS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

ANEXO C - DA SELEÇÃO DO PARCEIRO

ANEXO D - MINUTA DE CONTRATO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO		
SOLUÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS		
PSPP Nº 1405/2021	PROCESSO Nº 1405/2021	SERPRO/SEDE
PERÍODO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 25/11/2021 a 24/12/2021		

O **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70836-900, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, torna público que iniciará, a partir da publicação deste Edital, **chamamento público para selecionar pessoa jurídica de direito privado**, com fundamento no [art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei 13.303/2016](#), no [Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO](#) e no art. 17 do [Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO](#).

## SEÇÃO I – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Edital, na forma do art. 17 do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO, é realizar **chamamento público destinado a selecionar pessoa jurídica de direito privado**, adiante chamadas de **interessadas**, para, em parceria com o SERPRO, explorar oportunidade de negócio específica e definida.

1.1.1 A oportunidade de negócio é definida e especificada no [Anexo A](#) deste Edital.

1.2 A atuação em parceria se dará para a construção de produto ou serviço a ser comercializado em plano de negócio a ser construído pela interessada e pelo SERPRO, em conformidade com as suas políticas e interesses, estando este plano de negócio sujeito a aprovação segundo os processos inerentes de cada instituição.

1.3 Para fins deste Edital, parceria é relação jurídica constituída por um contrato de parceria em oportunidade de negócio, que, na forma do art. 3º do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO, é contrato de espécie associativa.

1.3.1 Em razão da natureza associativa do contrato, enfatiza-se que o presente Edital não se refere a uma relação de fornecimento e consumo, não garante resultados e não visa constituir sociedade empresarial entre os parceiros, caracterizando-se seu objeto, na linguagem corrente empresarial, como *joint-venture* contratual, mas nunca societária.

## SEÇÃO II – DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL

2.1 Para habilitar-se a oferecer proposta técnica a este chamamento, a interessada deverá previamente cumprir os requisitos de habilitação jurídica conforme a tabela:

<b>Requisito de habilitação</b>	<b>Forma de comprovação</b>	<b>Responsabilidade pela comprovação</b>
2.1.1 Ser pessoa jurídica constituída na forma da lei;	Apresentação de documentos de constituição da interessada.	Interessada
2.1.2 Ter objeto social compatível com a oportunidade de negócio indicada em anexo deste edital;  2.1.2.1 Não se considera compatível o objeto social que se refere a mero repasse de produtos ou serviços;	Apresentação de documentos de constituição da interessada.	Interessada
2.1.3 Não estar com o direito de licitar e contratar com o SERPRO suspenso;  2.1.4 Não estar impedida de licitar e contratar com a União;  2.1.5 Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos desta sanção;  2.1.6 Não ter sido condenada por ato de improbidade administrativa ou por ato que implique em inelegibilidade;	Consulta aos cadastros pertinentes, a exemplo do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) ou de cadastros consolidados.	SERPRO
2.1.8 Não estar enquadrada em nenhuma das vedações previstas no art. 38 da Lei n. 13.303/2016;	Apresentação de declaração, preenchida e garantida pela própria interessada, sob as penas da lei, com destaque para o art. 299 do Código Penal, havendo modelo de declaração anexado a este edital.	Interessada
2.1.9 Não estar em processo de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, de insolvência, ou outra forma de concurso de credores, ou, ainda, em dissolução ou liquidação;	Apresentação de certidão negativa de falência e concordata emitida pelo Tribunal de Justiça do foro da sede da interessada.	Interessada
2.1.10 Não se apresentar a este chamamento organizada em consórcio;	Apresentação dos documentos de constituição da interessada.	Interessada

2.2 Para habilitar-se a oferecer proposta técnica a este chamamento, a interessada deverá previamente cumprir os requisitos de habilitação fiscal conforme a tabela:

<b>Requisito de habilitação</b>	<b>Forma de demonstração</b>	<b>Responsabilidade pela demonstração</b>
2.2.1 Estar regular junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	Consulta aos cadastros pertinentes para obtenção da Certidão de regularidade junto ao FGTS, dentro de seu prazo de validade.	SERPRO
2.2.2 Estar regular junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);	Consulta aos cadastros pertinentes para obtenção da Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN), dentro de seu prazo de validade.	SERPRO

### 2.3 Da participação de interessadas estrangeiras:

2.3.1 As interessadas estrangeiras poderão participar por meio de filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil, cumprindo as condições exigidas nos itens anteriores desta seção.

2.3.2 As interessadas estrangeiras que não tenham filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil, podem participar desde que cumpram os requisitos segundo a tabela:

<b>Requisito de habilitação</b>	<b>Forma de demonstração</b>	<b>Responsabilidade pela demonstração</b>
2.3.2.1 Habilitação jurídica e fiscal equivalentes, em seu país, aos exigidos nos itens anteriores desta Seção.	Meios usuais no país de origem, desde que equivalentes aos meios brasileiros,	Interessada
2.3.2.2 Capacidade jurídica do representante que, em nome da interessada, firma a Proposta;	Apresentação de procuração ou outro instrumento em que conste a transferência de poderes.	Interessada
2.3.2.3 Tradução de seus documentos para o idioma português, quando não registrado originalmente neste.	Apresentação de tradução juramentada	Interessada
2.3.2.4 Autorização de funcionamento expedida pelo Governo Federal.	Apresentação do decreto de autorização	Interessada

2.4 Nos casos em que a responsabilidade pela demonstração da qualificação é da interessada, não se exclui a conferência e a realização de eventuais diligências pelo SERPRO. Semelhantemente, nos casos em que a responsabilidade é do SERPRO, não se exclui o dever de cooperação da interessada.

2.5 Os documentos mencionados nesta seção cujo envio é responsabilidade da interessada devem ser remetidos na forma indicada para envio da proposta técnica na seção seguinte deste edital.

### **SEÇÃO III – DA PROPOSTA TÉCNICA E DOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO**

3. A qualificação técnica da interessada será examinada a partir de sua proposta técnica, que deverá ser encaminhada ao SERPRO por via do e-mail [parceria-gcp@serpro.gov.br](mailto:parceria-gcp@serpro.gov.br) até a data de 24/12/2021.

3.1 A interessada deve apresentar proposta técnica segundo a forma e conteúdo indicados no [Anexo B](#).

3.2 Conforme art. 59 do Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, os documentos deverão ser enviados exclusivamente ao e-mail informado.

3.2.1 O teor e a integridade dos documentos enviados digitalizados e dos natos digitais serão de responsabilidade da interessada. O SERPRO poderá exigir, a seu critério, a apresentação da versão impressa que originou o documento digitalizado.

3.3 A título de qualificação técnica, o SERPRO se refere à avaliação da solução técnica, segundo critérios indicados neste edital.

### **SEÇÃO IV - DA SELEÇÃO DO PARCEIRO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO**

4.1 Recebidas as propostas técnicas, o SERPRO procederá à seleção de interessada(s), segundo o detalhamento apresentado no [Anexo C](#) deste edital.

4.2 A qualquer tempo durante o processo de seleção, o SERPRO poderá demandar a celebração de um termo de confidencialidade com a interessada, visando a proteger informações sigilosas, na forma da Lei n. 12.527/2011.

4.3 A qualquer tempo, a interessada será submetida a análise de integridade pelo SERPRO, comprometendo-se a colaborar para esta finalidade.

4.3 A análise de integridade deve:

4.3.1 Ser realizada com base em *due diligence* destinada a reunir informações sobre o parceiro selecionado, bem como sobre seus representantes, incluindo sócios e administradores, de modo a certificar-se de que não há conflitos de interesses e situações impeditivas à contratação;

4.3.2 Determinar o grau de risco de integridade da oportunidade de negócio, para realizar a supervisão adequada;

4.3.3 Recomendar às instâncias competentes a homologação ou não do processo de seleção do parceiro e da própria oportunidade de negócio e a eventual tomada de outras providências consideradas adequadas, como anulação parcial do processo, desqualificação ou desclassificação de interessadas e instauração de processos administrativos disciplinares;

4.3.4 Tratar, na forma da Lei n. 12.527/2011 e/ou da Lei n. 13.709/2018, os dados empregados para suas finalidades.

4.4 Após a análise de integridade, o processo a que se refere este edital será submetido à autoridade competente no SERPRO, que pode:

4.4.1 Homologar o processo de formação da parceria em oportunidade de negócio;

4.4.2 Revogar a o processo de oportunidade de negócio por razões de conveniência e de oportunidade do SERPRO; ou

4.4.3 Anular o processo de formação da parceria em oportunidade de negócio por ilegalidade, salvo nas situações em que:

4.4.3.1 O vício de legalidade for convalidável, ou seja, quando o ato por ele contaminado puder ser repetido sem o referido vício, o que ocorre, entre outros casos, com vícios de competência e tocantes às formalidades;

4.4.3.2 O vício de legalidade não causar dano ou prejuízo ao SERPRO ou a terceiro; ou

4.4.3.3 O vício de legalidade não contaminar a totalidade do processo de formação da parceria em oportunidade de negócio, caso em que deve determinar aos setores competentes o refazimento da etapa ou ato viciado e o prosseguimento do processo.

4.4.4 A decisão pela revogação ou anulação do processo de seleção do parceiro somente poderá ser tomada após concessão de prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o selecionado ofereça manifestação.

4.4.5 A decisão pela revogação ou anulação do processo de oportunidade de negócio, ainda que parcial, deve ser motivada pelo SERPRO, abordando-se todos os fundamentos apresentados pelo parceiro selecionado na manifestação referida no item 7.4.4.

## **SEÇÃO V - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 Homologado o processo a que se refere este edital, a interessada selecionada será convocada a celebrar, com o SERPRO, um termo de confidencialidade, caso já não o tenha feito. Em seguida, será convocada a participar da construção de um plano de negócios definitivo e de um contrato associativo de parceria em oportunidade de negócio.

5.1.1 O referido contrato é de natureza associativa, isto é, não se refere a uma relação de fornecimento e consumo, não garante resultados e não visa constituir sociedade

empresarial entre os parceiros, caracterizando-se seu objeto, na linguagem corrente empresarial, como *joint-venture* contratual, mas nunca societária.

5.1.2 O [Anexo D](#) deste edital consiste em uma minuta de contrato, cujos termos poderão ser negociados entre o o SERPRO e a interessada selecionada, antes de sua celebração, à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.

5.1.3 Na referida minuta de contrato estão os parâmetros de compartilhamento de riscos e resultados definidores da remuneração do parceiro.

5.2 A recusa injustificada da interessada selecionada em celebrar termo de confidencialidade ou contrato associativo de parceria em oportunidade de negócio no prazo estabelecido pelo SERPRO caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades de advertência ou suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o SERPRO por até 2 (dois) anos, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por responsabilização civil.

## **SEÇÃO VI - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

6.1 Qualquer pessoa poderá impugnar o edital, até 3 (três) dias úteis antes do prazo final previsto no preâmbulo deste instrumento convocatório, devendo encaminhar a impugnação ao endereço [parceria-gcp@serpro.gov.br](mailto:parceria-gcp@serpro.gov.br) ou protocolá-la presencialmente, comparecendo ao SERPRO – Sede, localizado no(a) SGAN Quadra 601 Módulo V – Divisão de Compras – Asa Norte – Brasília/DF – CEP n. 70.836-900.

6.1.1 A impugnação, que deverá observar a forma escrita e indicar o nome e o CPF do impugnante, se pessoa física, ou razão social, CNPJ, nome e CPF de seu representante, se pessoa jurídica, poderá ser encaminhada por e-mail, até 23h59 do último dia do prazo, ou presencialmente, igualmente respeitado o último dia do prazo, mas, neste último caso, somente em dias úteis, entre 8h e 17h30.

6.1.2 Caberá ao SERPRO decidir sobre a impugnação no prazo de 5 dias úteis, publicando sua decisão na página web desta empresa, no endereço [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br), sendo ônus do impugnante, assim como das demais interessadas, acessar periodicamente este endereço para manterem-se informadas.

6.2 Eventual pedido de esclarecimento em relação à interpretação deste edital deverá ser encaminhado, em até 03 (três) dias úteis antes do prazo final previsto no preâmbulo deste instrumento convocatório, ao endereço [parceria-gcp@serpro.gov.br](mailto:parceria-gcp@serpro.gov.br) ou protocolado presencialmente, comparecendo ao SERPRO – Sede, localizado no(a) SGAN Quadra 601 Módulo V – Divisão de Compras – Asa Norte – Brasília/DF – CEP n. 70.836-900.

6.2.1 O pedido de esclarecimento, que deverá observar a forma escrita e indicar o nome e o CPF do interessado, se pessoa física, ou razão social, CNPJ, nome e CPF de seu representante, se pessoa jurídica, poderá ser encaminhado por e-mail, até 23h59 do último

dia do prazo, ou presencialmente, igualmente respeitado o último dia do prazo, mas, neste último caso, somente em dias úteis, entre 8h e 17h30.

6.2.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como demais informações relevantes, serão divulgadas em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação, mediante publicações de notas na página web do SERPRO, no endereço [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br), sendo ônus das interessadas acessar este endereço periodicamente para manterem-se informadas.

## **SEÇÃO VII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

7.1 Contra o resultado da seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua publicação, poderá ser apresentado recurso administrativo.

7.2 A respeito do recurso administrativo apresentado por uma interessada, poderão ser interpostas contrarrazões pelas demais interessadas, no prazo indicado em 10.1, contado da data em que se deu publicidade ao recurso administrativo.

7.3 Os recursos administrativos ou as suas contrarrazões deverão ser enviados exclusivamente de forma eletrônica, para o e-mail [parceria-gcp@serpro.gov.br](mailto:parceria-gcp@serpro.gov.br), com a apresentação concomitante das suas respectivas razões, até às 23h59 do último dia do prazo.

7.3.1 Não será considerado o recurso administrativo, ou suas contrarrazões, quando imotivado ou quando oferecido após o prazo.

7.3.2 Entende-se como imotivado o recurso administrativo, ou suas contrarrazões, que não indica o ato ou interpretação que a interessada deseja que seja revisto, bem como os fundamentos fáticos (técnicos ou administrativos) ou jurídicos que lhe concederiam o direito à revisão. De igual modo, entende-se imotivado o recurso administrativo, ou suas contrarrazões, que se limitam a enviar documentos ao SERPRO, sem a apresentação de suas razões na forma de texto.

7.4 O recurso administrativo será examinado pelo responsável pelo ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Não o fazendo, enviará o recurso administrativo a sua autoridade superior, que decidirá a respeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

7.4.1 O acolhimento do recurso administrativo implicará tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

## **SEÇÃO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 Fica designada Comissão Especial para Seleção de Parceiro Privado, na forma do art. 17, item 1, alínea “h”, do Regulamento, segundo a indicação de suas funções e competências:

- Especificação de parcerias: Leandro Moreira da Silva, lotado na DIDES/SUPSE/SEPAR/SEEPN.



- Especialistas técnicos: Cleverson Sacramento de Oliveira, lotado na DIDES/SUPSE/SEVTE e Jonas Vian, lotado na DIDES/SUPSE/SEDAT.
- Aquisição e contratação: Bruna Paula da Silva Lacerda, lotada na DIRAD/SUPGA/GACON e Vladimir Sol Rebouças, lotado na DIRAD/SUPGA/GACON/GABSA.

8.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o funcionamento do SERPRO, os atos previstos neste edital serão praticados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do SERPRO em contrário.

8.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SERPRO.

8.4 Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília – DF.

8.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja feita a correção em prazo razoável e de maneira transparente.

8.6 As interessadas são responsáveis pela autenticidade e veracidade das informações e documentos apresentados no processo a que se refere este edital.

8.6.1 Qualquer erro no cadastramento dos dados da interessada em participar deste procedimento será de sua responsabilidade, podendo, em razão disto, ser prejudicada nas comunicações enviadas pelo SERPRO. Esta responsabilidade não impede, todavia, que o SERPRO, amparado pela regra do item 2.4 e pelo princípio da competitividade, corrija os dados, quando possível, e faça a comunicação adequada.

8.7 As interessadas arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e documentação.

8.8 A relação de habilitado(s) para o processo a que se refere este edital permanecerá vigente até sua anulação ou revogação, salvo na hipótese em que for diversamente disciplinado no [Anexo C](#).

8.9 A qualquer etapa do processo a que se refere este edital, o SERPRO poderá revogá-lo, por razões de conveniência e de oportunidade, ou anulá-lo, por ilegalidade, respeitado procedimento específico na etapa de homologação, na forma do item 4.4.

8.10 À exceção de hipóteses de sigilo indicadas na Lei n. 12.527/2011, é assegurada a vista dos autos do processo eletrônico.

8.11 Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido para recebimento de propostas será recontado, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado, em qualquer caso, o tratamento isonômico aos licitantes.


8.12 O processo de seleção de parceiro privado é público, de modo que será dada publicidade aos documentos e dados apresentados pelas interessadas em suas propostas,

sendo responsabilidade destas o envio apenas dos documentos e dados necessários à finalidade do processo. O SERPRO não se responsabilizará pelos efeitos da publicidade dos dados, inclusive pessoais, não relacionados à finalidade do processo, mas, ainda assim, enviados pelas interessadas.

8.13 As questões não previstas neste edital serão solucionadas pelo SERPRO, de ofício ou mediante manifestação das interessadas, sempre mediante interpretação que privilegie os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, e, ainda, os princípios da competitividade e do julgamento objetivo, sopesados junto a quaisquer outros princípios cuja aplicação seja pertinente à oportunidade de negócio de que trata o edital.

8.14 Os litígios relacionados ao processo a que se refere este edital serão resolvidos pelo foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de outra solução negociada em contrato, a ser aplicada somente após a celebração deste.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

 **SERPRO**  
Assinado digitalmente por:  
BRUNA PAULA DA SILVA LACERDA  
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :  
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

ANEXO A		
SOLUÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS		
PSPP Nº 1405/2021	PROCESSO Nº 1405/2021	SERPRO/SEDE

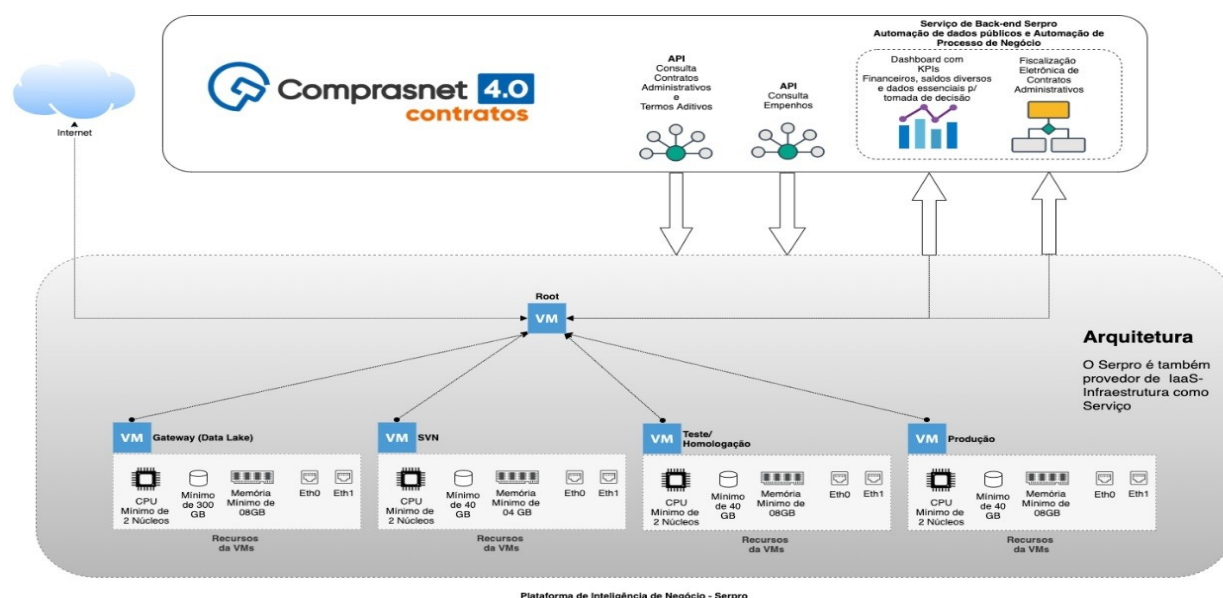
## ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESCOPO

### A.1 Objeto

#### A.1.1 Solução de Gestão de Contratos e Processos

A.1.2 A solução consiste na estruturação de uma plataforma tecnológica baseada em Business Process Management Suites/System (BPMS), Data Discovery e Bigdata com o objetivo fornecer uma gestão efetiva e integrada dos contratos administrativos geridos através do COMPRASNET. Para tanto, deverá realizar a automação do encontro de contas, agregando informações relativas aos contratos administrativos, que se encontram distribuídos em outros sistemas estruturantes do Governo.

#### A.1.3 Arquitetura da solução



### A.2 Caberá ao SERPRO:

A.2.1 Disponibilizar a infraestrutura de TIC para a produção do serviço obedecendo os níveis de serviço acordados entre as partes e os padrões adotados pelo Serpro junto aos seus clientes;

A.2.2 Implementar as rotinas necessárias para promover a integração entre a plataforma e os sistemas de gestão da Administração Pública Federal operados pelo Serpro;

A.2.3 Construir interfaces necessárias para obtenção dos dados de contrato e de empenhos, necessários para atendimento à solução;

A.2.4 Realizar a gestão comercial do produto no âmbito da Administração Pública;

A.2.5 Disponibilizar os recursos necessários para realizar o atendimento de 1º e 2º Níveis.

### **A.3 Caberá a parceira:**

A.3.1 Disponibilizar, configurar e suportar a solução construída no ambiente operacional disponibilizado pelo SERPRO;

A.3.2 Realizar as manutenções corretivas, preventivas, evolutivas e adaptativas da aplicação;

A.3.3 Desenvolver, sob demanda, novas funcionalidades em decorrência de necessidades específicas do setor público;

A.3.4 Capacitar equipes do SERPRO na plataforma;

A.3.5 Disponibilizar os recursos (materiais e humanos) necessários para a implantação da solução em cada órgão solicitante;

A.3.6 Prestar atendimento de 3º nível.

### **A.4 Distribuição da receita**

A.4.1 As receitas auferidas pela parceria decorrerão de contratos celebrados pelo SERPRO com os órgãos governamentais, ficando a cargo do SERPRO a transferência dos valores devidos à PARCEIRA em relação aos lucros.

A.4.2 O SERPRO recolherá os tributos que lhe compete, sobre o “valor cheio” recebido dos clientes.

A.4.3 Os repasses à PARCEIRA serão efetuados somente após os valores devidos serem efetivamente pagos pelos clientes.

A.4.4 A PARCEIRA será responsável pelos tributos que lhe couberem por legislação Federal, Estadual ou Municipal, sobre a parte que lhe couber.

A.4.5 Ambas empresas dividirão os lucros na proporção estipulada no contrato associativo, levando em consideração os custos/investimentos de cada empresa.

A.4.6 Em caso de glosa ou multa, aplicados pelos clientes, os valores serão proporcionalmente repartidos entre as empresas parceiras.

ANEXO B		
SOLUÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS		
PSPP Nº 1405/2021	PROCESSO Nº 1405/2021	SERPRO/SEDE

## **FORMA E CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA E SEUS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

### **B.1. Proposta**

B.1.1 A INTERESSADA habilitada pelas disposições deste Edital deverá cumprir os requisitos para qualificação técnica apresentando proposta completa contendo:

B.1.1.1 Informações sobre a empresa;

B.1.1.2 Detalhamento funcional da solução proposta;

B.1.1.3 Evidência de atendimento aos requisitos de qualificação técnica da solução proposta;

B.1.1.3.1 A evidência de atendimento aos requisitos de qualificação técnica deverá ser comprovada através do encaminhamento da planilha “SERPRO\_GCP\_PLANILHA-REQUISITOS-QUALIFICACAO-TECNICA” em formato .xlsx devidamente preenchida, “Referida planilha integra a Minuta de Edital como documento complementar ao presente Anexo B.

B.1.1.4 Evidência de experiência comprovada na solução proposta;

B.1.1.4.1 A evidência de experiência deverá ser comprovada através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente assinado;

B.1.1.5 Demais informações que sirvam de insumo para análise, pelo SERPRO, da capacidade de qualificação técnica para a celebração de futura parceria de negócio.

### **B.2 Requisitos funcionais**

B.2.1 Orquestrador de aplicações que permita as parametrizações e interoperabilidades diretas entre os bancos de dados, fluxos de trabalho e formulários eletrônicos; [Peso 1]

B.2.2 Arquitetura para suportar processamento de raw-data, transformação e carregamento; [Peso 2]

B.2.3 Arquitetura para distribuir aplicações em console único, unificadas e altamente convergentes; [Peso 1]

B.2.4 Permitir aplicar (criar e/ou alterar) ao processo regras de negócios definidas pelo contratante; [Peso 1]

B.2.5 Permitir a criação de dashboard de acordo com as necessidades gerenciais e operacionais; [Peso 1]

B.2.6 Automação de dados orçamentários consolidados de Contratos Administrativos em nível nacional; [Peso 2]

B.2.7 Automação de dados financeiros consolidados de Contratos Administrativos em nível nacional; [Peso 2]

B.2.8 Cronograma de execução orçamentária consolidada de Contratos Administrativos e empenhos; [Peso 2]

B.2.9 Cronograma de execução financeira e desembolso consolidado de Contratos Administrativos e empenhos; [Peso 2]

B.2.10 possuir análise preditiva orçamentária e financeira de Contratos Administrativos com periodicidade anual e/ou plurianual; [Peso 3]

B.2.11 Encontro de Contas de Contratos Administrativos, saldo de contratos, saldo de empenhos; [Peso 3]

B.2.12 Encontro de Contas Pontual Orçamentário e Financeiro de Contratos Administrativos; [Peso 2]

B.2.13 As aplicações da Solução devem ter a capacidade de serem executadas em arquiteturas onde o hardware e software são abstraídos; [Peso 2]

B.2.14 Inteligência de negócio para permitir a identificação dos Contratos Administrativos que serão classificados para serem fiscalizados de forma contínua e em conformidade com a IN - Instrução Normativa 05 - IMR - Instrumento de Medição de Resultados; [Peso 2]

B.2.15 Procedimentos/parametrizações para criação e gestão pontual das faixas de ajustes de pagamentos, pontuação, fatores de correção, percentuais a serem aplicados nos processos de fiscalização dos Contratos Administrativos; [Peso 1]

B.2.16 Procedimentos/parametrizações para criação e gestão pontual de indicadores, pontuação e periodicidade incorrida que são insumos primários dos processos de fiscalização dos Contratos Administrativos; [Peso 1]

B.2.17 Mecanismo para instruir as fases administrativas e financeiras dos Contratos Administrativos com a criação automática e gestão de cronograma acurado para execução das medições - IMR remissivos aos históricos de assinatura de contrato, renovações contratuais e outras. Deve permitir que o Fiscal Administrador possa liberar medição por demanda e manualmente; [Peso 1]

B.2.18 Funcionalidade para instruir os registros de ocorrências IMR com fator multiplicador de reincidência em um determinado período, processamento com cálculos automatizados, multas, glosas e rescisão contratual com base no histórico de medição dos IMRs; [Peso 3]

B.2.19 Funcionalidade para vincular todas as unidades descentralizadas partícipe do processo licitatório e instruir os processos de fiscalização eletrônica de forma unificada, centralizada, monitorada e gerenciável pela unidade gestora que instruiu o processo de licitação; [Peso 3]

B.2.20 Funcionalidade para o Fiscal Administrativo atribuir competências cronogramadas de uma determinada fase/período contratual a um determinado Fiscal Técnico; [Peso 1]

B.2.21 Funcionalidade para realizar a convergência e consolidação dos resultados de uma determinada medição central e das descentralizadas e processar valor líquido de serviços prestados e devidamente fiscalizados e instruir as fases remanescentes financeiras do Contrato Administrativo para realização de pagamentos ao fornecedor/prestador de serviço; [Peso 3]

B.2.22 Recurso de gravação de todos os dados imputados em tempo de execução pelos usuários das aplicações em banco de dados internos e/ou externos à solução; [Peso 1]

B.2.23 Em caso de formulários complexos e extensos, ter a capacidade de exibir os dados em abas, ficheiros, ou seções ocultáveis de forma a reduzir ou eliminar a rolagem vertical das páginas; [Peso 1]

B.2.24 Exibição de painel de situação departamental para gerenciamento com dashboard com indicadores gráficos de performance em dispositivo do tipo SmartTV, controle e monitoramento com identificação de alertas, plano de ação, tomada de decisão, instruir as ações diária, semanal e mensal; [Peso 2]

B.2.25 Otimizar a utilização de recursos, maximizar o desempenho, minimizar o tempo de resposta e evitar sobrecarga na infraestrutura de back-end /front-end principal; [Peso 1]

B.2.26 Interoperabilidade de consulta e escrita no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para instruir/tramitar e demais atividades dos processos de negócios dos Contratos Administrativos; [Peso 2]

B.2.27 Criação, centralização e sustentação de fluxos de trabalho mapeados para atender os processos de negócios aderente à notação BPMN 2.0; [Peso 1]

B.2.28 Gerenciador de casos e permitir ao usuário que está logado no sistema ter acesso a todos os casos em andamento que foram atribuídos a ele e/ou ao seu departamento. Deve permitir a identificação da totalidade das pendências do usuário, e que usuários administradores possam ver todos os casos, identificar gargalos, delegar, priorizar e outras atividades gerenciais; [Peso 1]

B.2.29 Orquestrador de fluxos de trabalhos eletrônicos, formulários eletrônicos com entrega de aplicações e permitir nortear os usuários das aplicações em que momento/etapa e departamento do fluxo do trabalho o processo/caso está. Deve permitir a visualização das etapas concluídas e as etapas faltantes e caminhos possíveis, visualizar o histórico consolidado das atividades, atores participantes e linha temporal dos andamentos; [Peso 1]

### **B.3 Requisitos não funcionais**

B.3.1 Apta a operar, integrar e distribuir dados e aplicações na modalidade de programa como serviço, suportar interface web responsiva, suportar distribuição de aplicações web-based e suportar integração com front-end de outra aplicação web-based; [Peso 1]

B.3.2 A arquitetura da Solução Tecnológica deve possibilitar ser implantada em Cloud Computing ou na modalidade on-premise. Deve permitir que as camadas (frontend, backend, banco, API, etc) da aplicação sejam instaladas em máquinas diferentes, físicas ou virtuais; [Peso 3]

B.3.3 Ser compatível com os navegadores Edge, Firefox, Chrome e Safari; [Peso 2]

B.3.4 Possuir ou permitir a criação de indicadores de acompanhamento de uso da infraestrutura computacional (através de ferramentas de monitoração como Zabbix, Prometheus, etc), permitindo monitorar e adequar ao aumento de carga, possibilitando e fornecendo insumos para desenho de novas estratégias de escalabilidade. [Peso 2]

B.3.5 Tecnologia de integração com outros serviços através de API, WebServices e outras; [Peso 3]



#### **B.4 Tabela de pontuação:**

<b>Descrição</b>	<b>Pontuação</b>
Requisitos funcionais	49
Requisitos não funcionais	11
Pontuação máxima	60
Pontuação mínima (=> 80%)	48

B.4.1 A pontuação dos requisitos de qualificação técnica será atribuída através do somatório de cada item, conforme seu peso.

B.4.2 A pontuação máxima é de 60 (sessenta) pontos.

B.4.3 A pontuação mínima é de 48 (quarenta e oito) pontos.

ANEXO C		
SOLUÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS		
PSPP Nº 1405/2021	PROCESSO Nº 1405/2021	SERPRO/SEDE

## **DA SELEÇÃO DO PARCEIRO**

### **C.1. Análise e classificação das propostas**

C.1.1 Na análise das propostas será verificado o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

C.1.2. Durante a avaliação das propostas, o SERPRO poderá diligenciar às INTERESSADAS para saneamento de defeitos e/ou solicitação de esclarecimentos, observando o princípio da isonomia.

C.1.3 A classificação das propostas será realizada através da ordenação decrescente da pontuação obtida no atendimento dos requisitos de qualificação técnica.

C.1.3.1 Caso não seja alcançado o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) da pontuação total, a proposta será desclassificada;

### **C.2 Seleção**

C.2.1 Será selecionada apenas a proposta que atingir a maior pontuação total nos requisitos de qualificação técnica.

C.2.2 Em caso de empate, serão seguidos os seguintes critérios de desempate:

C.2.2.1 Proposta que apresentar maior pontuação nos requisitos de Peso 3;

C.2.2.2 Proposta que apresentar maior pontuação nos requisitos de Peso 2;

C.2.2.3 Proposta que apresentar, através dos atestados de capacidade técnica, maior experiência comprovada na solução proposta, considerando, entre outros, aspectos de prazo, porte e complexidade dos projetos implementados.

<b>ANEXO D</b>		
<b>SOLUÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS</b>		
<b>PSPP Nº 1405/2021</b>	<b>PROCESSO Nº 1405/2021</b>	<b>SERPRO/SEDE</b>

## MINUTA DE CONTRATO

### CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

<b>QUADRO RESUMO DO CONTRATO</b>	
<b>PARTES:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)</li> <li>PARCEIRA-<b>1405/2021</b></li> </ul>	
<b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> artigo 28, § 3º, inciso II, e § 4º da Lei nº 13.303/2016.	<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO NO SERPRO:</b> 1405/2021
<b>OBJETO:</b> seleção de pessoa jurídica de direito privado, visando a celebração de PARCERIA para prover Solução de Gestão de Contratos e Processos para o sistema COMPRASNET	<b>VIGÊNCIA:</b> <XX meses / indeterminado> a partir da <última data de assinatura digital / da data XX/XX/XXXX (indicar qualquer data posterior à assinatura)>.
<b>ANEXOS:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>ANEXO A – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS</b></li> <li><b>ANEXO B – CLÁUSULAS ESPECÍFICAS</b></li> </ul>	<b>CLASSIFICAÇÃO DE SIGILO:</b>  <b>ACESSO PÚBLICO</b>

<b>ASSINATURAS</b>	
Considera-se Brasília - DF como local de assinatura deste contrato.	
Considera-se como data de celebração do contrato a última data de assinatura digital registrada por uma das Partes.	
<b>Por estarem de acordo com as cláusulas e anexos apresentados adiante neste Contrato, as partes, indicadas no Quadro Resumo e representadas conforme o Preâmbulo, assinam:</b>	
Posicione a estampa da Assinatura aqui <b>&lt;PARCEIRA-XXX&gt;</b>	Posicione a estampa da Assinatura aqui <b>SERPRO</b>
Posicione a estampa da Assinatura aqui <b>SERPRO - GESTOR DO CONTRATO</b>	

<b>PEQUENO GUIA DO CONTRATO</b>
Este Contrato possui cláusulas gerais, que estão dispostas no corpo principal do Contrato e organizadas de acordo com os seus temas, e cláusulas específicas, que estão apresentadas nos Anexos e, na medida da complexidade da relação jurídica, também organizadas conforme seus temas. Em caso de um indesejado conflito entre disposições do corpo principal do Contrato e seus Anexos, prevalecem as disposições do Anexo.

## CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

Que entre si celebram a <razão social da empresa parceira>, empresa com sede na <preencher>, a seguir designada <preencher> e representada neste ato pelo seu (cargo do representante), Sr.(a) (nome do representante), doravante denominada simplesmente <PARCEIRA-XXX>, e o **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede no SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70.836-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ nº 33.683.111/0001-07, adiante denominado SERPRO, representado neste ato pelo seu (cargo do representante), Sr.(a) (nome do representante), doravante denominado simplesmente **SERPRO** com fundamento no [art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei 13.303/2016](#), no [Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO](#) e no [Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO](#), conforme Processo Administrativo nº <número do processo administrativo> e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA XXXXXXXX - DEFINIÇÕES

X.1 CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO: designativo genérico para os contratos associativos empresariais, típicos e atípicos, que disciplinam a formação de parcerias e outras formas associativas para exploração de oportunidades de negócio específicas e definidas, bem como a aquisição e alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais, regidos predominantemente pelas suas cláusulas, pelas disposições do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidade de Negócio do SERPRO, pelos preceitos do Direito Privado e por condições dinâmicas de mercado.

X.2 CLIENTE OU CLIENTE FINAL: é a pessoa, física ou jurídica, contratante do serviço a que se refere a cláusula deste Contrato que dispõe sobre o seu objeto;

X.4 PARTES OU PARCEIRAS: são as empresas, ou instituições de outra natureza, signatárias do presente instrumento, reciprocamente consideradas;

X.5 [PROGRAMA CORPORATIVO DE INTEGRIDADE DO SERPRO \(PCINT\)](#): conjunto de normas e ações do SERPRO que tem como objetivo orientar a conduta de todos os seus empregados e representantes e de todos aqueles que se relacionam com o SERPRO, de modo a promover a integridade, a transparência e a redução de riscos de atitudes que violem o Código de Conduta e Integridade do SERPRO, a que faz referência ao § 1º do Artigo 9º da Lei n. 13.303/2016.

X.6 [REGULAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PARCERIAS EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO DO SERPRO](#): norma que dispõe sobre os processos de formação das parcerias e outras formas associativas em oportunidades de negócio pelo SERPRO, previstas nos incs. I e II do § 3º do art. 28 da Lei n. 13.303/2016, cujo teor deve ser considerado como anexo e parte integrante das normas prescritas no Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, na forma do art. 40 da Lei n. 13.303/2016.

### CLÁUSULA XXXXXXXX - OBJETO

X.1 O objeto deste Contrato é a associação entre os Parceiros para a explorar oportunidade de negócio que consiste em selecionar pessoa jurídica de direito privado, visando a celebração de PARCERIA para prover Solução de Gestão de Contratos e Processos para o sistema COMPRASNET, de acordo com as cláusulas estabelecidas neste Contrato e demais condições determinadas em seus Anexos.

## **CLÁUSULA XXXXXXXX - NATUREZA ASSOCIATIVA DESTE CONTRATO**

X.1 O presente contrato é de natureza associativa e, portanto, não há prestação de serviços de uma Parte à outra e não há garantia de resultados.

X.2 A associação é meramente contratual, não havendo constituição ou compromisso de constituição de sociedade entre as Partes.

X.3 Se necessário ao aproveitamento da oportunidade de negócio que é objeto deste Contrato, a conveniência de constituição de consórcio, na forma dos arts. 278 e 279 da Lei n. 6.404/1976, poderá ser objeto de exame das Partes.

## **CLÁUSULA XXXXXXXX – OBRIGAÇÕES**

X.1 Sobre as obrigações comuns entre as Partes:

X.1.1 Cada Parte, mediante apuração prévia, será responsável pela reparação de quaisquer danos causados à outra ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, inclusive na hipótese da subcontratação - se autorizada -, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado.

X.1.1.1 Apurado o dano e caracterizada sua autoria, garantido o contraditório e ampla defesa, a Parte responsável pagará à outra o valor correspondente, mediante compensação ou recolhimento direto.

X.1.2 São de exclusiva responsabilidade de cada Parte, sem qualquer espécie de solidariedade, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal disponibilizado para a execução deste Contrato.

X.1.3 O presente contrato obrigará e disciplinará as partes contratantes, seus sucessores e cessionários, porém nenhuma das partes poderá ceder ou transferir este contrato, ou quaisquer direitos oriundos do mesmo, sem o consentimento prévio e expresso da outra parte.

X.2 Sobre as obrigações exclusivas da **<PARCEIRA-XXX>**:

X.2.1 É vedado à **<PARCEIRA-XXX>** possuir administrador, ou sócio com poder de direção, que seja familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável por esta contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, no âmbito do **SERPRO**, situação considerada nepotismo e sujeita a apuração de responsabilidades.

X.2.1.1 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.

X.2.2 A **<PARCEIRA-XXX>**, sempre que solicitada, disponibilizará os dados necessários à apuração de descumprimento de níveis de serviço junto aos clientes finais.

X.2.1 As **PARTES** obrigam-se a tomar conhecimento e a respeitar as Políticas de Integridade ou Conformidade uma das outras, quando existentes.

X.3 Sobre as obrigações exclusivas do **SERPRO**:

X.3.1 O **SERPRO** comunicará à **<PARCEIRA-XXX>**, pela via mais rápida, o início e a cessação dos motivos que impedirem a execução de qualquer serviço.

X.3.2 O **SERPRO** solicitará à **<PARCEIRA-XXX>** o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **CLÁUSULA XXXXXX - ANTICORRUPÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE DO SERPRO**

X.1 As PARCEIRAS firmam o compromisso de conduzir a gestão deste ACORDO fundamentado nos mais elevados princípios éticos e morais, estimulando e promovendo a conduta ética dos empregados envolvidos nesta relação ora estabelecida, e atuando decisivamente na prevenção da fraude e corrupção, contribuindo assim para um ambiente de transparência e integridade.

X.2 As PARCEIRAS declaram, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estão cientes e concordam inteiramente com o Código de Ética, Conduta e Integridade do SERPRO, da Política de Integridade e Anticorrupção do SERPRO e do Programa Corporativo de Integridade do SERPRO, disponíveis no endereço <www.serpro.gov.br>, e da <PARCEIRA-XXX>, disponibilizada por esta, bem como se comprometem a observá-los durante toda a execução do presente ACORDO.

X.3 As PARCEIRAS comprometem-se a abster-se de praticar atos que possam constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

X.4 As PARCEIRAS comprometem-se a se submeterem mutuamente a avaliações de integridade, a qualquer tempo e sempre que solicitadas, tratando os dados recebidos na forma da Lei n. 12.527/2011 e/ou da Lei n. 13.709/2018.

#### **CLÁUSULA XXXXXX – COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS**

X.1 No âmbito deste Contrato, as receitas auferidas pela **<PARCEIRA-XXX>** e pelo **SERPRO** decorrerão de contratos celebrados pelo **<definir se é SERPRO ou <PARCEIRA-XXX>>** com os clientes finais, segundo a forma disciplinada no Anexo B deste Contrato.

X.2 Os custos de eventuais erros de recolhimentos de tributos sob a responsabilidade do **SERPRO**, em decorrência de informações incorretas por parte da **<PARCEIRA-XXX>**, serão cobrados desta, que se obriga a ressarcir àquele no prazo da notificação.

X.3 As obras intelectuais, ou quaisquer outros ativos, que resultarem da Parceria, são tratadas em cláusula específica.

#### **CLÁUSULA XXXXXX – COMPARTILHAMENTO DE RISCOS**

X.1 As **PARCEIRAS**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo C deste Contrato.

X.2 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes, alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da **<PARCEIRA-XXX>** ou do **SERPRO**.

X.3 A Matriz de Riscos comporta também o compartilhamento de riscos inerentes à oportunidade de negócio específica e definida no objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA XXXXXXXX - VALOR**

X.1 O valor anual **estimado** deste contrato é R\$ XXX e o valor total **estimado** deste contrato é R\$ xxxxxxxx.

X.2 A execução do valor estimado está condicionada às receitas decorrentes desta parceria, de modo que não se criam obrigações onerosas, sob o aspecto financeiro, de forma imediata.

## **CLÁUSULA XXXXXXXX – DESCUMPRIMENTO DESTE CONTRATO**

X.1 A <PARCEIRA-XXX> e o **SERPRO** responderão, à proporção dos prejuízos efetivamente causados, pelo descumprimento total ou parcial deste Contrato.

X.2 Esgotados os meios consensuais para provocar a execução do contrato ou para aplicar penalidades pela inexecução, a Parte interessada poderá encaminhar a disputa na forma da cláusula sobre resolução de controvérsias.

X.3 Não constituirá descumprimento os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, desde que oportunamente comunicados e comprovados.

X.3.1 Ocorrida tal hipótese, será concedido à parte em atraso prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.

X.4 A tipificação das infrações e suas respectivas penalidades, assim como a disciplina das multas e sua proporcionalidade em relação às infrações, está realizada no Anexo B deste contrato.

## **CLÁUSULA XXXXXXXX - VIGÊNCIA DESTE CONTRATO**

X.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de <XX meses / dias> a partir da <[data da celebração do Contrato](#) / data XX/XX/XXXX (indicar qualquer data posterior à assinatura)>, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

X.1.1 Eventual prorrogação deverá ser antecedida de reavaliação, por parte do SERPRO, da vantajosidade da parceria, incluindo reexame das condições que justificaram a celebração deste contrato.

## **CLÁUSULA XXXXXXXX - ALTERAÇÕES DESTE CONTRATO**

X.1 Mediante termo aditivo, o presente contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes para atender às necessidades financeiras, comerciais, técnicas e operacionais verificadas ao longo do desenvolvimento e exploração comercial da parceria.

X.2 São vedadas quaisquer alterações que descaracterizem a oportunidade de negócio, acarretem ônus financeiros desproporcionais ao SERPRO ou desrespeitem regras ou princípios do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidade de Negócio do SERPRO.

## **CLÁUSULA XXXXXXXX - RESCISÃO DESTE CONTRATO**

X.1 Qualquer das partes poderá, a seu critério e sem ônus, requerer a rescisão deste Contrato, com antecedência mínima de doze meses e respeitados, em qualquer caso, os direitos de terceiros, notadamente de clientes finais que possuam, ao tempo do requerimento, contratos ativos com o **SERPRO**, o que eventualmente poderá elastecer o referido prazo.

X.2 A rescisão do contrato também poderá se dar por acordo entre as partes.

X.3 Em qualquer caso de rescisão, as Partes deverão estabelecer, de comum acordo, um programa que contenha o planejamento para o encerramento deste Contrato.

X.4 Considerando o art. 59, § 1º, inc. III, alínea “d”, do Decreto n. 2.594/1998, assim como o art. 1º, § 1º, da Portaria SEDDM/ME nº 25.269/2020, desde que em função das medidas impostas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), o SERPRO poderá a qualquer momento rescindir este contrato de forma unilateral e sem ônus.

#### **CLÁUSULA XXXXXXX - INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

X.1 As partes designarão, ao repassar uma à outra, o que é “informação sigilosa”, para efeito deste Contrato, atributo que implicará o não-repasse e não-exposição da informação a terceiros, independentemente de posterior alteração parcial ou ainda do posterior esclarecimento ou complementação.

X.2 Para fins de repasse de informação sigilosa, as partes são classificadas como “parte fornecedora” e “parte recebedora” e o conceito de “informação sigilosa”, independentemente da classificação legal que lhe seja emprestada, se aplica a qualquer dado qualificado (informação, portanto) declarado como sigiloso pela parte fornecedora, seja ele tangível ou intangível, qualquer que seja o repositório que lhe dê materialidade ou acesso.

X.3 Informações notórias, anteriores à divulgação ou legalmente fornecidas por terceiros à parte recebedora não podem ser consideradas “sigilosas”.

X.4 Na ocorrência de ordem judicial, requisição do Ministério Público ou determinação de órgãos de controle de exibição da informação sigilosa, o **SERPRO** e a **<PARCEIRA-XXX>**: (a) limitar-se-ão a informar o que lhe seja perguntado; (b) informarão detalhada e completamente a outra Parte, com máxima urgência, de modo a garantir sua interveniência útil.

X.5 A informação sigilosa poderá ser dada ao conhecimento de terceiros, se houver autorização formal. Além disso:

X.5.1 A parte recebedora somente utilizará informações sigilosas exclusivamente para avaliar uma possível relação estratégica entre ambas;

X.5.2 A parte recebedora, em qualquer hipótese, tratará a informação sigilosa com o mesmo ou maior rigor que a parte fornecedora;

X.5.3 Qualquer vazamento ou divulgação não-autorizada, ainda que acidental, será dada detalhadamente ao conhecimento da parte fornecedora e receberá tratamento de contenção e mitigação por parte da parte recebedora;

X.6 Não há obrigação ou determinação implícita e a leitura e interpretação desta cláusula é estrita.

X.7 Estas disposições obrigam coligadas, subsidiárias e sucessoras das partes, até que haja autorização expressa da parte divulgadora.

X.8 Omissão ou mora na aplicação de qualquer disposição jamais implicará novação ou renúncia.

X.9 Na hipótese de esta cláusula vir a ser parcialmente anulada, as disposições remanescentes serão interpretadas em conformidade com o espírito geral do contrato e desta cláusula.



X.10 O sigilo da informação aqui convencionado remanescerá após a rescisão deste Contrato.

X.11 Qualquer esclarecimento ou complementação será tratada com a mesma proteção aqui estabelecida.

X.12 Esta cláusula prevalece sobre qualquer acordo anterior cujo objeto seja o mesmo, restando válidas as cláusulas de termo de confidencialidade que tenha sido celebrado entre as Partes, desde que não divirjam do disposto neste Contrato.

X.13 A presente cláusula abrange todo o processo de compartilhamento de informações que antecede a assinatura do contrato e qualquer circunstância omitida será tratada nos termos de suas diretrizes.

#### **CLÁUSULA XXXXXXXX - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

X.1 As partes se comprometem, nos termos do ANEXO A, ao cumprimento das condições e responsabilidades estabelecidas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

#### **CLÁUSULA XXXXXXXX - COMUNICAÇÕES E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS**

X.1 Toda comunicação e registro de ocorrências deverá ser realizada por escrito, preferencialmente por e-mail, ou quando realizada em encontro presencial ou virtual, reduzida a termo em ata de reunião.

X.2 Os parceiros são responsáveis pela verificação da efetividade das suas comunicações, devendo, por exemplo, empregar ferramenta de confirmação de leitura.

#### **CLÁUSULA XXXXXXXX – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

X.1 O SERPRO, designará formalmente os representantes da empresa (Gestor e Fiscais) para acompanhar e fiscalizar a execução, adotando as medidas cabíveis de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste contrato.

#### **CLÁUSULA XXXXXXXX – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS SOBRE ESTE CONTRATO**

X.1 Para resolver controvérsias em relação ao presente Contrato, em atenção ao art. 109, inc. I, da Constituição da República de 1988, as partes elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

X.2 Alternativamente ao disposto na cláusula anterior, havendo controvérsia entre as Partes a respeito deste Contrato, poderá ser solicitada sua resolução por meio de conciliação, mediação ou arbitragem, a ser realizada por instância e regras escolhidas pelas Partes oportunamente.

#### **CLÁUSULA XXXXXXXX - OUTRAS DISPOSIÇÕES**

X.1 Uma Parte, não se eximindo das responsabilidades assumidas neste Contrato, pode, com o consentimento da outra, subcontratar partes da sua execução, desde que sejam partes acessórias, instrumentais ou auxiliares, que seja executado o processo de subcontratação na forma da lei e que a subcontratação não caracterize intermediação de serviços de uma Parte à outra.

X.1.1 A Parte que realizar subcontratação garantirá à outra Parte o acesso a informações sobre seus processos de subcontratação e também que o subcontratado não incorre em vedações, éticas ou jurídicas, que o inabilitariam a celebrar o presente Contrato, inclusive aquelas decorrentes da Política de Integridade ou Conformidade do SERPRO.

X.3 Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, exceto quando explicitada, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

X.4 A legislação brasileira regerá este Contrato.

X.5 Todas as comunicações e notificações feitas ou entregues, bem como instrumentos contratuais firmados, devem empregar o idioma português.

X.5 Aplica-se ao presente Contrato, inclusive aos casos omissos, o princípio da boa-fé objetiva.

X.7 Se alguma disposição deste Contrato for considerada inválida em razão de qualquer lei aplicável, esta invalidade não afetará as demais disposições, de modo que o Contrato terá efeito mesmo após a supressão da disposição invalidada.

X.8 Em caso de conflito entre o disposto neste Contrato e um de seus Anexos, prevalecerá o disposto em seu Anexo.

**CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO****ANEXO A – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS****1. FINALIDADE E CONDIÇÕES GERAIS DESTE ANEXO**

1.1 O presente Anexo tem como finalidade firmar as condições e responsabilidades a serem assumidas pelas Partes no que se refere à aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

**2. DEFINIÇÕES**

2.1 Para efeitos deste Anexo, serão consideradas as seguintes definições:

2.1.1 Leis e Regulamentos de Proteção de Dados - Quaisquer leis, portarias e regulações, incluindo-se aí as decisões e as normas publicadas pela Autoridade Fiscalizadora competente, aplicável ao Tratamento de Dados Pessoais no território nacional e que sejam pertinentes ao Tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

2.1.2 LGPD ou Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas respectivas alterações posteriores.

2.1.3 Parceiro(s), Controlador(es) Parceiro(s) ou Parte(s) - São os signatários do Contrato, podendo, na sua execução, atuar como Controladores e/ou Operadores.

2.1.4 Serviço - Atividades e serviços que serão fornecidos ou realizados pelo Parceiro ou em nome dele, nos termos do Contrato.

2.1.5 Colaborador(es) - significa qualquer empregado, funcionário ou terceirizados, representantes ou prepostos, remunerado ou sem remuneração, em regime integral ou parcial, que atue em nome das Partes e que tenha acesso a Dados Pessoais e/ou Dados Pessoais Sensíveis, por força da prestação dos serviços.

2.1.6 Incidente de Segurança da informação – significa um evento ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaçar a própria segurança da informação, a privacidade ou a proteção de dados pessoais.

2.1.7 Autoridades Fiscalizadoras - significa qualquer autoridade, inclusive judicial, competente para fiscalizar, julgar e aplicar a legislação pertinente, incluindo, mas não se limitando, à ANPD.

2.2 Os termos - “Tratamento”, “Dado Pessoal”, “Dado Pessoal Sensível”, “ANPD”, “Titular”, “Relatório de Impacto à Proteção de Dados”, “Controlador” e “Operador” terão, para os efeitos deste Anexo, o mesmo significado que lhes é atribuído na Lei nº 13.709/18.

2.2.1 Para os efeitos deste Anexo, os Parceiro serão controladores, competentes para tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

2.3 As partes comprometem-se a proteger os direitos fundamentais da liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados

pessoais, inclusive nos meios digitais, observando-se, em especial, o disposto nas Leis 13.709/2018 e 12.965/2014.

### **3. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

#### **3.1 São deveres dos Parceiros:**

3.1.1 Realizar o tratamento de dados pessoais com base nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 e/ou Capítulo IV da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e responsabilizar-se: (i) pela realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; (ii) pela compatibilidade no tratamento com as finalidades informadas; (iii) pela definição da forma de tratamento dos referidos dados, informando ao Titular que seus dados pessoais são compartilhados na forma prevista neste Contrato.

3.1.2 Acaso, a exclusivo critério de qualquer dos Parceiros, realize tratamento de dados pessoais baseado em "consentimento" (Arts. 7º, I ou 11, I da LGPD), responsabilizar-se-á pela guarda adequada do instrumento de consentimento fornecido pelo Titular, e deverá informá-lo sobre o uso compartilhado de seus dados, visando atender às finalidades para o respectivo tratamento.

3.1.2.1 Deve ainda, compartilhar o instrumento de consentimento com a outra Parte, quando solicitado, para análise da conformidade e para outras estritamente necessárias à correta execução do contrato, e também visando atender a requisições e determinações das autoridades fiscalizadoras, Ministério Público, Poder Judiciário ou Órgãos de controle administrativo.

3.1.3 Garantir que o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, e utilizá-lo, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD.

3.1.4 Cooperar com a outra Parte no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

3.1.5 Comunicar em até dez dias ao Parceiro, o resultado de auditoria realizada pela ANPD que diga respeito ao serviço em questão e na medida em que se refiram aos dados do Parceiro, que deverão ser corrigidos, em um prazo razoável.

3.1.6 Informar imediatamente ao Parceiro quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato;

3.1.7 Abster-se de responder a qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do Titular, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

3.1.8 Informar imediatamente ao Parceiro, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato, assim que tomar conhecimento de:

a) qualquer investigação ou apreensão de dados pessoais sob o controle da outra Parte por servidores do Governo ou qualquer indicação específica de que tal investigação ou apreensão seja iminente, bem como, quaisquer outros pedidos oriundos desses servidores;

b) qualquer informação que seja relevante em relação ao tratamento de Dados Pessoais da outra parte; e

3.2 O subitem anterior interpreta-se em consonância com o detalhamento do serviço e as responsabilidades das partes previstas neste Contrato e seus demais anexos.

#### **4. DOS COLABORADORES DOS PARCEIROS**

4.1 Os Controladores Parceiros assegurarão que o tratamento dos Dados Pessoais da outra Parte fique restrito aos colaboradores que precisam efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no contrato indicado no preâmbulo, bem como que tais colaboradores:

4.1.1 Tenham recebido treinamentos referentes aos princípios da proteção de dados e às leis que envolvem o tratamento.

4.1.2 Tenham conhecimento das obrigações contratadas, incluindo as obrigações do presente documento.

4.2 Todos os Colaboradores dos Controladores Parceiros, bem como os em exercício na Empresa, são obrigados a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados, incluindo os que envolvam dados pessoais.

#### **5. DOS COOPERADORES**

5.1 Os Controladores Parceiros concordam que, nos termos da Lei, e para atender a finalidade contratual, firme-se parcerias com outros provedores para a integração dos serviços em nuvem. Ainda assim, as Partes têm a obrigação de celebrar contratos adequados e em conformidade com a LGPD e adotar medidas de controle para garantir a proteção dos dados pessoais, aderentes aos requisitos de boas práticas e segurança aplicados.

5.2 Uma Parte notificará previamente à outra, caso deseje adicionar ou remover algum dos provedores parceiros.

#### **6. DA SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS**

6.1 Os Parceiros adotarão medidas de segurança técnicas e administrativas adequadas a assegurar a proteção de dados (nos termos do artigo 46 da LGPD), de modo a garantir um nível apropriado de segurança aos Dados Pessoais tratados e mitigar possíveis riscos. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, deverão levar em conta os riscos que são apresentados pelo Tratamento, em particular aqueles relacionados a potenciais incidentes de segurança, identificação de vulnerabilidades, e adequada gestão de risco.

6.2 Os dados pessoais tratados deverão ser mantidos sob programas de segurança (incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos), elaborados visando (a) proteção contra perdas, acessos ou divulgação acidentais ou ilícitos; (b) identificar riscos prováveis e razoáveis para

segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (c) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares. Deverá ser designado um ou mais empregados para coordenar e para se responsabilizar pelo programa de segurança da informação, que inclui a garantia de cumprimento de políticas internas de segurança da informação.

6.3 Em caso de Incidente de Segurança, inclusive de acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda de dados pessoais por algum dos Parceiros, independentemente do motivo que o tenha ocasionado, uma Parte comunicará à Outra imediatamente a partir da ciência do incidente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela Parte; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de Titulares afetados; (v) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vi) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes. Caso não se disponha de todas as informações ora elencadas no momento de envio da comunicação, o Parceiro deverá enviá-las de forma gradual, de forma a garantir a maior celeridade possível, sendo certo que a comunicação completa (com todas as informações indicadas) deve ser enviada no prazo máximo de 5 dias a partir da ciência do incidente.

6.4 Fica estabelecido que as Partes não informarão a nenhum terceiro a respeito de quaisquer incidentes, exceto quando exigido por lei ou decisão judicial, hipótese em que uma Parte notificará à Outra e cooperará no sentido de limitar o âmbito das informações divulgadas ao que for exigido pela legislação vigente.

## **7. DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS**

7.1 As transferências de Dados Pessoais para um terceiro país, ou seja, um país diferente daquele em que os Dados Pessoais são disponibilizados, são permitidas somente quando tais transferências forem estritamente necessárias para a execução do Contrato e de acordo com as condições e os limites estabelecidos a seguir:

7.2 Um Parceiro deverá notificar o outro, sem demora indevida, de quaisquer intenções de transferências permanentes ou temporárias dos Dados Pessoais do Parceiro para um terceiro país e somente realizar tal transferência após obter autorização, por escrito, que pode ser negada a seu critério.

7.2.1 Essa notificação deverá conter informações detalhadas sobre para quais países as informações seriam transferidas e para quais finalidades.

7.3 Quando a transferência for solicitada ou necessária para a prestação dos Serviços (mediante prévia autorização, por escrito, do Contratante), a Parte deverá adotar os mecanismos de transferência internacional pertinentes (incluindo, quando aplicável, as futuras cláusulas padrão aprovadas pela ANPD para Transferência Internacional de Dados Pessoais, sempre que estiverem disponíveis, ou, quando aplicável, cláusulas contratuais exigidas por países destinatários).

## **8. DA EXCLUSÃO E DEVOLUÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DO CONTRATANTE**

8.1 As partes acordam que, quando do término da vigência do contrato envolvendo o Tratamento de Dados Pessoais, prontamente darão por encerrado o tratamento e, em no máximo 30 dias, serão eliminados completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em

formato digital ou físico), salvo quando necessária a manutenção dos dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese autorizativa da LGPD.

## **9. DAS RESPONSABILIDADES**

9.1 Eventuais responsabilidades das Partes, serão apuradas conforme estabelecido no corpo deste Anexo, no contrato em que ele se insere e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## **10. DOS DIREITOS DOS TITULARES**

10.1 Os direitos dos Titulares dos Dados Pessoais previstos nas legislações que versem sobre dados pessoais, serão atendidos pela Parte que for responsável por decidir se e como eventuais requisições dos Titulares deverão ser atendidas. Caso algum Titular de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, faça sua requisição à Parte não responsável, como por exemplo, solicite a retificação, atualização, correção ou acesso aos seus dados pessoais, esta requisição será encaminhada imediatamente à outra Parte, para que esta proceda com o atendimento da requisição feita.

10.2 No caso de uma requisição de exclusão dos Dados Pessoais pelos Titulares, a Parte responsável poderá mantê-los em seus sistemas, caso haja qualquer base legal ou contratual para a sua manutenção, como por exemplo, para resguardo de direitos e interesses legítimos do próprio Contratado.

10.3 Para os serviços descritos neste contrato, as Partes deverão adotar as salvaguardas de segurança descritas no item 6 e as medidas de transparência previstas na LGPD, em especial nos artigos 9º; 23, I e parágrafo 3º e capítulo III e no capítulo II da LAI.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 Sem prejuízo de eventuais disposições sobre mediação e jurisdição:

11.2 Prevalecem as cláusulas e disposições do Contrato, naquilo que não conflitem com o disposto neste Instrumento.

11.3 As partes ajustarão variações a este Anexo que sejam necessárias para atender aos requisitos de quaisquer mudanças nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

11.4 Caso qualquer disposição deste Termo seja inválida ou inexecutável, o restante deste Termo permanecerá válido e em vigor. A disposição inválida ou inexecutável deve ser (i) alterada conforme necessário para garantir a sua validade e aplicabilidade, preservando as intenções das partes o máximo possível ou, se isso não for possível, (ii) interpretadas de maneira como se a disposição inválida ou inexecutável nunca estivesse contida nele.

**CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO**

**ANEXO B - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS**

**(elaborar a cada caso)**

O conteúdo deste anexo, destinado a contemplar condições específicas do negócio, será, a seu tempo, objeto de negociação entre o SERPRO e a parceira à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.



**CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO**

**ANEXO C – MATRIZ DE RISCOS**

**(elaborar a cada caso)**

O conteúdo deste anexo, destinado a contemplar matriz de riscos específica do negócio, será, a seu tempo, objeto de negociação entre o SERPRO e a parceira, à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.

**1405/2021 Solução de Gestão de Contratos e Processos**  
**Qualificação Técnica**

Descrição	Autodeclaração da INTERESSADA			Validação do SERPRO		
	Atende?	PTS	Evidência*	Atende?	PTS	Parecer Técnico
<b>B.2 Requisitos funcionais</b>						
B.2.1 Orquestrador de aplicações que permita as parametrizações e interoperabilidades diretas entre os bancos de dados, fluxos de trabalho e formulários eletrônicos; [PESO 1]	Sim	1			0	
B.2.2 Arquitetura para suportar processamento de raw-data, transformação e carregamento; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.3 Arquitetura para distribuir aplicações em console único, unificadas e altamente convergentes; [PESO 1]	Sim	1			0	
B.2.4 Permitir aplicar (criar e/ou alterar) ao processo regras de negócios definidas pelo contratante; [PESO 1]	Sim	1			0	
B.2.5 Permitir a criação de dashboard de acordo com as necessidades gerenciais e operacionais; [PESO 1]	Sim	1			0	
B.2.6 Automação de dados orçamentários consolidados de Contratos Administrativos em nível nacional; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.7 Automação de dados financeiros consolidados de Contratos Administrativos em nível nacional; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.8 Cronograma de execução orçamentária consolidada de Contratos Administrativos e empenhos; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.9 Cronograma de execução financeira e desembolso consolidado de Contratos Administrativos e empenhos; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.10 possuir análise preditiva orçamentária e financeira de Contratos Administrativos com periodicidade anual e/ou plurianual; [PESO 3]	Sim	3			0	
B.2.11 Encontro de Contas de Contratos Administrativos, saldo de contratos, saldo de empenhos; [PESO 3]	Sim	3			0	
B.2.12 Encontro de Contas Pontual Orçamentário e Financeiro de Contratos Administrativos; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.13 As aplicações da Solução devem ter a capacidade de serem executadas em arquiteturas onde o hardware e software são abstraídos; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.14 Inteligência de negócio para permitir a identificação dos Contratos Administrativos que serão classificados para serem fiscalizados de forma contínua e em conformidade com a IN - Instrução Normativa 05 - IMR - Instrumento de Medição de Resultados; [PESO 2]	Sim	2			0	
B.2.15 Procedimentos/parametrizações para criação e gestão pontual das faixas de ajustes de pagamentos, pontuação, fatores de correção, percentuais a serem aplicados nos processos de fiscalização dos Contratos Administrativos; [PESO 1]	Sim	1			0	
B.2.16 Procedimentos/parametrizações para criação e gestão pontual de indicadores, pontuação e periodicidade incorrida que são insumos primários dos processos de fiscalização dos Contratos Administrativos; [PESO 1]	Sim	1			0	
B.2.17 Mecanismo para instruir as fases administrativas e financeiras dos Contratos Administrativos com a criação automática e gestão de cronograma acurado para execução das medições - IMR remissivos aos históricos de assinatura de contrato, renovações contratuais e outras. Deve permitir que o Fiscal Administrador possa liberar medição por demanda e manualmente; [PESO 1]	Sim	1			0	
B.2.18 Funcionalidade para instruir os registros de ocorrências IMR com fator multiplicador de reincidência em um determinado período, processamento com cálculos automatizados, multas, glosas e rescisão contratual com base no histórico de medição dos IMRs; [PESO 3]	Sim	3			0	

B.2.19 Funcionalidade para vincular todas as unidades descentralizadas participe do processo licitatório e instruir os processos de fiscalização eletrônica de forma unificada, centralizada, monitorada e gerenciável pela unidade gestora que instruiu o processo de licitação; [PESO 3]	Sim	3	
B.2.20 Funcionalidade para o Fiscal Administrativo atribuir competências cronogramadas de um determinado fase/período contratual a um determinado Fiscal Técnico; [PESO 1]	Sim	1	
B.2.21 Funcionalidade para realizar a convergência e consolidação dos resultados de uma determinada medição central e das descentralizadas e processar valor líquido de serviços prestados e devidamente fiscalizados e instruir as fases remanescentes financeiras do Contrato Administrativo para realização de pagamentos ao fornecedor/prestador de serviço; [PESO 3]	Sim	3	
B.2.22 Recurso de gravação de todos os dados imputados em tempo de execução pelos usuários das aplicações em banco de dados internos e/ou externos à solução; [PESO 1]	Sim	1	
B.2.23 Em caso de formulários complexos e extensos, ter a capacidade de exibir os dados em abas, ficheiros, ou seções ocultáveis de forma a reduzir ou eliminar a rolagem vertical das páginas; [PESO 1]	Sim	1	
B.2.24 Exibição de painel de situação departamental para gerenciamento com dashboard com indicadores gráficos de performance em dispositivo do tipo SmartTV, controle e monitoramento com identificação de alertas, plano de ação, tomada de decisão, instruir as ações diária, semanal e mensal; [PESO 2]	Sim	2	
B.2.25 Otimizar a utilização de recursos, maximizar o desempenho, minimizar o tempo de resposta e evitar sobrecarga na infraestrutura de back-end /front-end principal; [PESO 1]	Sim	1	
B.2.26 Interoperabilidade de consulta e escrita no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para instruir/tramitar e demais atividades dos processos de negócios dos Contratos Administrativos; [PESO 2]	Sim	2	
B.2.27 Criação, centralização e sustentação de fluxos de trabalho mapeados para atender os processos de negócios aderente à notação BPMN 2.0; [PESO 1]	Sim	1	
B.2.28 Gerenciador de casos e permitir ao usuário que está logado no sistema ter acesso a todos os casos em andamento que foram atribuídos a ele e/ou ao seu departamento. Deve permitir a identificação da totalidade das pendências do usuário, e que usuários administradores possam ver todos os casos, identificar gargalos, delegar, priorizar e outras atividades gerenciais; [PESO 1]	Sim	1	
B.2.29 Orquestrador de fluxos de trabalhos eletrônicos, formulários eletrônicos com entrega de aplicações e permitir nortear os usuários das aplicações em que momento/etapa e departamento do fluxo do trabalho o processo/caso está. Deve permitir a visualização das etapas concluídas e as etapas faltantes e caminhos possíveis, visualizar o histórico consolidado das atividades, atores participantes e linha temporal dos andamentos; [PESO 1]	Sim	1	

### B.3 Requisitos não funcionais

B.3.1 Apta a operar, integrar e distribuir dados e aplicações na modalidade de programa como serviço, suportar interface web responsiva, suportar distribuição de aplicações web-based e suportar integração com front-end de outra aplicação web-based; [PESO 1]	Sim	1	
B.3.2 A arquitetura da Solução Tecnológica deve possibilitar ser implantada em Cloud Computing ou na modalidade on-premise. Deve permitir que as camadas (frontend, backend, banco, API, etc) da aplicação sejam instaladas em máquinas diferentes, físicas ou virtuais; [PESO 3]	Sim	3	
B.3.3 Ser compatível com os navegadores Edge, Firefox, Chrome e Safari; [PESO 2]	Sim	2	
B.3.4 Possuir ou permitir a criação de indicadores de acompanhamento de uso da infraestrutura computacional (através de ferramentas de monitoração como Zabix, Prometheus, etc), permitindo monitorar e adequar ao aumento de carga, possibilitando e fornecendo insumos para desenho de novas estratégias de escalabilidade. [PESO 2]	Sim	2	

	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	

	0	
	0	
	0	
	0	

B.3.5 Tecnologia de integração com outros serviços através de API, WebServices e outras; [PESO 3]	Sim	3	
		60	Pontuação total autodeclarada
		60	Pontuação máxima
		100%	Pencentual atingido

	0	
	0	Pontuação total evidenciada
	60	Pontuação máxima
	0%	Pencentual atingido

**Evidência:** indicação de link de internet ou de documento encaminhado que comprove o atendimento ao requisito. Exemplos:

- Documento Manual-Do-Fabricante.pdf, pág.13-17, plataforma de gerenciamento
- Documento AtestadoDeCapacidadeTecnica-XPTO.pdf, pág.3-4, arquitetura da solução
- Site h <https://solucaoXPTO.com/local/docs/sobre-gerenciamento>, texto e imagem do tópico ABCD
- Site h <https://solucaoXPTO.com/local/docs/sobre-gerenciamento>, video demonstrativo ABCD, dos 3min40seg aos 4min53seg